

DISCURSO DE MARIA DA GRAÇA CARVALHO EUROPA 2020: O papel do Ensino Superior, Ciência e Inovação

15 Abril 2010, 20h00-22h30

Jantar-debate com o grupo de visitantes portugueses ao
Parlamento Europeu
Hotel Renaissance, Bruxelas

A Comissão Europeia lançou hoje a Estratégia Europa 2020 para assegurar a saída da crise e preparar a economia da UE para a próxima década. A Comissão identifica três vectores fundamentais de crescimento que deverão orientar as acções concretas a nível da UE e a nível nacional: crescimento inteligente (promover o conhecimento, a inovação, a educação e a sociedade digital), crescimento sustentável (tornar a nosso aparelho produtivo mais eficiente em termos de recursos, ao mesmo tempo que se reforça a nossa competitividade) e crescimento inclusivo (aumento da taxa de participação no mercado de trabalho, aquisição de qualificações e luta contra a pobreza).

Os progressos para alcançar estes objectivos serão avaliados em função de cinco objectivos representativos a nível da UE, que os Estados-Membros deverão traduzir em objectivos nacionais, tendo em conta os seus diferentes pontos de partida:

- Investimento em I&D deve aumentar de 1,9% para 3% - em Portugal a taxa é de 1,5% sendo que este valor inclui investimento realizados por instituições bancárias;
- Taxa de abandono escolar inferior a 10% em Portugal é 36,3%
- A população entre os 30 e os 34 anos com educação superior deve aumentar de 31% para 40% - em Portugal é de 21,6%
- Reduzir as emissões de CO2 20%; Aumentar 20% a parte das energias renováveis na energia total; Aumentar eficiência energética 20%
- A taxa de emprego da população entre os 20 e os 64 anos deveria aumentar de 69% para 75% - em Portugal a taxa é de 66%
- Reduzir o nº de pessoas que vivem abaixo do limiar de pobreza de 20 milhões. Em Portugal o nº ronda os 2 milhões, dos quais cerca de 300 mil são crianças

Para atingir estes objectivos, a Comissão propõe uma agenda Europa 2020 que consiste numa série de iniciativas emblemáticas:

- Uma União da inovação – recentrar a política de I&D e inovação nos principais desafios sociais, ao mesmo tempo que se colmata o desfasamento que existe entre ciência e mercado, transformando as invenções em produtos.
- Juventude em movimento – reforçar a qualidade e a capacidade de atracção internacional do sistema de ensino superior europeu, promovendo a mobilidade dos estudantes e dos jovens profissionais.
- Uma Agenda digital para a Europa – retirar de forma sustentável benefícios económicos e sociais do mercado único digital baseado na internet de alta velocidade.
- Uma Europa eficiente em termos de recursos – apoiar a transição para uma economia de baixo carbono e eficiente na utilização de recursos.

- Uma política industrial em prol do crescimento verde – contribuir para a competitividade da indústria da UE no mundo que emergirá da crise, promover o empreendedorismo e desenvolver novas qualificações.
- Uma Agenda para novas qualificações e novos empregos – criar as condições para a modernização dos mercados de trabalho, com vista a aumentar as taxas de emprego e assegurar a sustentabilidade dos nossos modelos sociais.
- Uma Plataforma europeia contra a pobreza – assegurar a coesão económica, social e territorial, permitindo que as camadas mais pobres e socialmente excluídas da população desempenhem um papel activo na sociedade.

Vamos agora ver como Portugal está preparado para fazer face a estes desafios, na área do Ensino Superior, Ciência e Inovação:

Queda abrupta do financiamento do ensino superior durante o actual governo socialista

No Ensino Superior, os países da UE investem em média 1,1% do PIB, muito abaixo do Canadá (2,5%), dos Estados Unidos (2,7%) e da Coreia do Sul (2,7%).

Portugal em 2005 investia 1% do PIB no Ensino Superior. Nos últimos quatro anos do Governo Socialista, o peso do Ensino Superior no PIB tem caído drasticamente:

Portugal em 2005 estava na média Europeia. Nos últimos quatro anos do Governo Socialista, o peso do Ensino Superior no PIB cai 15%, estando hoje com 0.7%.

Em média, as Universidades Americanas têm mais meios do que as Universidades Europeias. Se calcularmos por aluno, os seus recursos financeiros são duas a cinco vezes maiores.

Na UE25, em 2001, a média de investimento total por aluno era de 8.600 €, mas os níveis apresentam grandes diferenças entre os países. Na Bélgica, na Dinamarca, na Holanda, na Áustria e na Suécia, o valor é superior a 10,000 €. Na Letónia e na Lituânia o valor é de 3,000 €. Portugal encontrava-se em 2005 na média europeia no financiamento em % do PIB mas o

financiamento por aluno, 5.000 euros por aluno (2 000 euros curso de direito, 5 000 engenharia e 20 000 euros num curso de Medicina), é cerca de metade da UE e um quarto dos Estados Unidos (valor superior a 20.000 €).

Em 2007 o Orçamento de Estado para o Ensino Superior sofreu um corte de 6,4% a somar ao desconto de 7,5% para a Caixa Geral de Aposentações, e que em 2008 esse desconto passou para 11%.

A conclusão do ensino secundário (objectivo europeu até 2010 - 85% de pessoas com 22 anos) é cada vez mais importante, não apenas para a entrada no mercado de trabalho, mas também para o acesso ao ensino superior.

Em 2007 na UE apenas 78.1% das pessoas de idade entre os 20-24 anos tinham completado o ensino secundário:

- Eslováquia, Eslovénia, Polónia e Republica Checa acima dos 90%;
- Portugal e Malta com a taxa mais baixa, abaixo dos 55%, mas com progressos significativos desde 2000 (10 pontos percentuais).

Apenas 21% da população da UE em idade de trabalho completaram o ensino superior, valor muito inferior ao dos EUA (38%), Canada (43%), Japão (36%), South Korea (26%). Em Portugal o valor é de 9.4 % e o valor mais alto foi obtido na Lituânia 44 %.

Licenciados em matemática, ciência e tecnologia (Meta 2003: 15% MST até 2010). Em 2006, na UE houve mais cerca de 200.000 licenciados (+29%) do que em 2000. Este valor já ultrapassa a meta dos 15%, mas, no entanto, o crescimento é ainda maior em países como a China, que em 2006 tinha mais do dobro dos licenciados em MST da EU.

Em 2006, o Chipre e a Polónia tiveram o maior crescimento em nº de licenciados em MST (superior a 20%). Portugal teve um crescimento de 1.7%

Situação actual

- O decréscimo da autonomia Universitária resultante da aplicação do Regime Jurídico das Instituições do Ensino Superior

3.3 – Propostas

- Criar as condições para aumentar o financiamento público e privado do Ensino Superior: o objectivo dos 2% do PIB para investimento (público e privado) no Ensino Superior
- Assegurar uma sustentabilidade financeira a longo prazo através da mobilização dos financiamentos públicos e privados, conjugados com uma evolução das capacidades de liderança e gestão, que reflectem as das empresas modernas; garantir que a administração das universidades reflecta uma série de interesses muito mais vasta do que os da comunidade académica.
- Negociar com a Comissão Europeia um grande programa de fundos estruturais (FEDER+FSE) para o Ensino Superior de modo a fazer face às necessidades de infra-estruturas, equipamentos e bolsas
- Promover Agenda de Modernização das Instituições de Ensino Superior (mais autonomia; mais mobilidade de

alunos, professores e funcionários; mais abertura ao exterior; mais parcerias com o sector empresarial; estabelecimento de sistemas de governação internos envolvendo partes interessadas externas e baseados em prioridades estratégicas e na gestão profissional de recursos humanos. Estas reformas vão obrigar as universidades a superar as suas fragmentações em faculdades, departamentos, laboratórios e unidades administrativas.

- Modernizar as carreiras do pessoal docente e o processo de recrutamento.
- Criar um programa de apoio à modernização das Universidades (um programa tipo Iniciativa de Excelência do governo alemão)
- Diminuir a burocracia do sistema e dar autonomia às Universidades e Institutos Politécnicos.
- Promover a avaliação das Universidades e dos Institutos Politécnicos baseada na substância (excelência do sistema de ensino e dos licenciados) e não na avaliação burocrática dos procedimentos.
- Aumentar a acção social de modo a que nenhum jovem abandone o sistema de ensino por razões económicas.

- Alargar o acesso às universidades e institutos politécnicos através do reforço das medidas de equidade e melhorar a informação e a orientação nos níveis inferiores de ensino.
- Reforçar a mobilidade dos estudantes através de programas de mobilidade, como o Erasmus.
- Criar um ERASMUS-Primeiro Emprego como já foi proposto a nível europeu pelos Membros do P.E. do PSD.

Manipulação estatística nos indicadores da ciência

Em Portugal, a evolução da despesa total em Investigação e Desenvolvimento – I&D em % do PIB (objectivo Estratégia de Lisboa 3% do PIB em 2010, 1% público e 2% privado) é a seguinte:

1995 - 0.54% (público 0.43%, privado 0.11%)

2005 - 0.81% (público 0.50%, privado 0.31%)

2007 - 1.18% (público 0.57%, privado 0.61%).

O aumento "aparente" do investimento privado em I&D em % do PIB de 0.31 para 0.61 de 2005 para 2007 resulta da forma como foi feito o inquérito ao potencial científico que está na base do cálculo destes indicadores.

De 2005 para 2007 o número de empresas inquiridas aumentou incluindo muitas empresas financeiras e seguradoras e adoptando uma definição de investigação científica muito lata, resultando deste inquérito que o número de empresas que declararam ter actividades de I&D aumentou de 930 em 2005 para 1500 em 2007. O sector que mais investe em I&D em Portugal é, segundo o resultado do inquérito, o sector financeiro e de seguros o que não deixa de ser estranho....E o grupo Millenium BCP é o maior investidor privado em I&D em Portugal....Trata-se de pura manipulação estatística!

O aumento do investimento público resultou da transferência do financiamento da área do Ensino Superior para a área da Ciência.

A dimensão do SCT em Portugal, medida em termos do volume do pessoal total em I&D, triplicou nestes últimos vinte anos (de 10883 ETI em 1988 para 34 593 ETI em 2007) e o nº total de investigadores mais do que quadruplicou durante o

mesmo período de tempo, de 6.561 em 1988 para 27.987 em 2007.

Em Portugal, a despesa total em I&D em % do PIB (objectivo Estratégia de Lisboa 3% do PIB em 2010, 1% público e 2% privado) em 1995 foi de 0.54% (público 0.43%, privado 0.11%). Em 1999 foi de 0.71% (público 0.55%, privado 0.16%). Em 2005 foi de 0.81% (público 0.50%, privado 0.31%) e os valores provisórios para 2007 são de 1.18% (público 0.57%, privado 0.61%).

O aumento do investimento privado em I&D em % do PIB de 0.31 para 0.61 de 2005 para 2007 resulta em grande parte da forma como foi feito o inquérito ao potencial científico que está na base do cálculo destes indicadores.

Em relação aos números de investigadores ETI e pessoal total ETI em I&D a evolução foi a seguinte:

1995: 11.599 investigadores; 15.465 pessoal total

1999: 15.751 investigadores; 20.806 pessoal total

2005: 21.126 investigadores; 25.728 pessoal total

2007: 27.987 investigadores; 34.593 pessoal total

Estes números são em grande parte consequência do grande número de bolsas de doutoramento que tiveram um aumento significativo nos anos 2004 e 2005.

E como estão os outros países da EU em relação ao objectivo dos 3% do PIB em I&D? Em 2006, os 27 países da UE investiram 1,84 % do PIB em I&D, enquanto os Estados Unidos, a Coreia do Sul e o Japão investiram perto de 3 %. Na EU os valores variam entre 0.4% em Chipre e 3.8% na Suécia. A Finlândia e a Suécia foram os únicos Estados Membros a ultrapassar o objectivo dos 3% da Estratégia de Lisboa.

No actual quadro comunitário de apoio não existe um programa nacional para financiamento de infra-estruturas da Ciência. Os financiamentos para a Ciência estão espalhados por vários subprogramas do QREN (eixo 9 do subprograma da Valorização do Território; eixo 4 do subprograma Potencial Humano e subprograma COMPETE e Programas Operacionais Regionais).

Existe uma falta de Transparência na gestão do financiamento da Ciência sendo negociados directamente com o Ministro contratos programa sem regras claras. Financiamentos avultados para as Universidades Americanas. Os Portugueses estão a financiar as Universidades Americanas (por exemplo só no Protocolo com o MIT, Portugal paga ao MIT 40 milhões de euros) enquanto não existem condições para fixar em Portugal os nossos jovens doutorados. Por outro lado a participação da parte portuguesa nestes protocolos é escolhida com critérios da proximidade do poder político. Assistimos em Portugal a uma perigosa politização da Ciência fazendo lembrar os tempos totalitários da Roménia de Ceausescu.

Os nossos melhores licenciados, mestres e doutorados abandonam em grande número o País por não terem condições para trabalhar em Portugal.

- Em face da possibilidade de renegociar a meio os programas europeus, importa criar um grande programa nacional para a área da Ciência para o financiamento de equipamento científico, bolsas e projectos.

- Promover um financiamento transparente da Ciência mediante a abertura de concursos públicos cujo critério de selecção seja baseado na excelência
- O investimento em conhecimento será cada vez mais organizado através de grandes desafios, reunindo em conjunto o vasto espectro de investigação, educação, sector empresarial e actores governamentais que são indispensáveis para cobrir a gama de competências e prerrogativas e com uma duração de tempo mais longa.
- Na governação de investigação, uma delegação crescente nos próprios “stakeholders” da definição de prioridades de investigação e a respectiva implementação seguindo o exemplo o ERC (EUROPEAN RESEARCH COUNCIL) e do IET – Instituto Europeu de Tecnologia.
- Neste ponto, importa ainda realçar a necessidade premente de devolver ao Professor e ao Investigador a sua competência natural e única, a de ensinar e investigar, libertando-o da burocracia, do peso da máquina que retira espaço, tempo à sua verdadeira missão que é a de transmitir conhecimentos às novas gerações.

- Promover a avaliação da Ciência baseada na avaliação dos resultados científicos e não nos procedimentos burocráticos

O Painel Europeu da Inovação 2008 utilizou um Índice Sumário da Inovação composto por vários parâmetros que vão desde os Recursos humanos e Financeiros, número de empresas com acesso a banda larga, número de patentes.

Para Portugal, o desempenho em matéria de inovação é abaixo da média da EU mas a taxa de melhoria é mais do dobro que a da EU, fazendo Portugal líder no seu grupo de países. Os Recursos humanos e financeiros e apoio, investimentos empresariais têm sido os principais responsáveis pela melhoria do desempenho em matéria de inovação, nomeadamente como resultado do forte crescimento em licenciados Ciência e Engenharia e em Ciências Sociais, acesso à banda larga por parte das empresas, despesa privada de I&D e patentes.

Apesar de Portugal ter conseguido reduzir o gap de inovação e melhorar drasticamente os seus indicadores na área da

investigação científica e inovação não conseguiu reduzir o gap no que respeita ao PIB per capita em relação à média europeia.

Esta é uma situação peculiar e singular. Como explicar esta situação? Embora todos os indicadores da inovação tenham melhorado, os aumentos mais significativos estão ligados ao sector público com valores ainda baixos em indicadores importantes como por exemplo o número de doutorados no sector privado (Estavam registados 361 doutores nas empresas com actividade de I&D em 2007). Além disso as condições quadro gerais e as forças motrizes para estimular a inovação no sector privado não são muito fortes em Portugal. Acresce ainda que um número elevado de doutores formados em Portugal abandona o País para trabalhar no Estrangeiro, não contribuindo para o PIB português.

Este caso prova que o investimento em conhecimento é uma condição necessária mas não suficiente para o crescimento e emprego. As condições macroeconómicas, as regras da concorrência, o bom funcionamento do mercado, a política fiscal, a eficiência e agilidade da administração pública, sector dos serviços altamente qualificado, a capacidade de absorção

por parte da sociedade de produtos, ideias, conceitos inovadores são áreas que tem uma influência fundamental na relação entre a inovação e o PIB/capita.

Vou realçar uma destas áreas relacionada com a capacidade de absorção por parte da sociedade de produtos, ideias e conceitos inovadores, que é a educação não superior. Portugal embora tenha feito nos últimos 30 anos, um esforço enorme para aumentar a qualificação da sua população, os indicadores continuam baixos. De acordo com dados da OCDE, Portugal juntamente com o México, Brasil e a Turquia tem a percentagem mais baixa da OCDE no que respeita aos alunos que terminam o ensino secundário. De igual modo em conjunto com Malta, Portugal ainda tem a maior taxa de abandono escolar na U.E. (36.3%) apesar desta situação ter melhorado nos últimos anos. É urgente e imperioso alterar a situação do Ensino em Portugal. Melhorar a qualidade de ensino, valorizar o papel dos professores serão o garante de uma igualdade de oportunidades reais para os nossos jovens.

